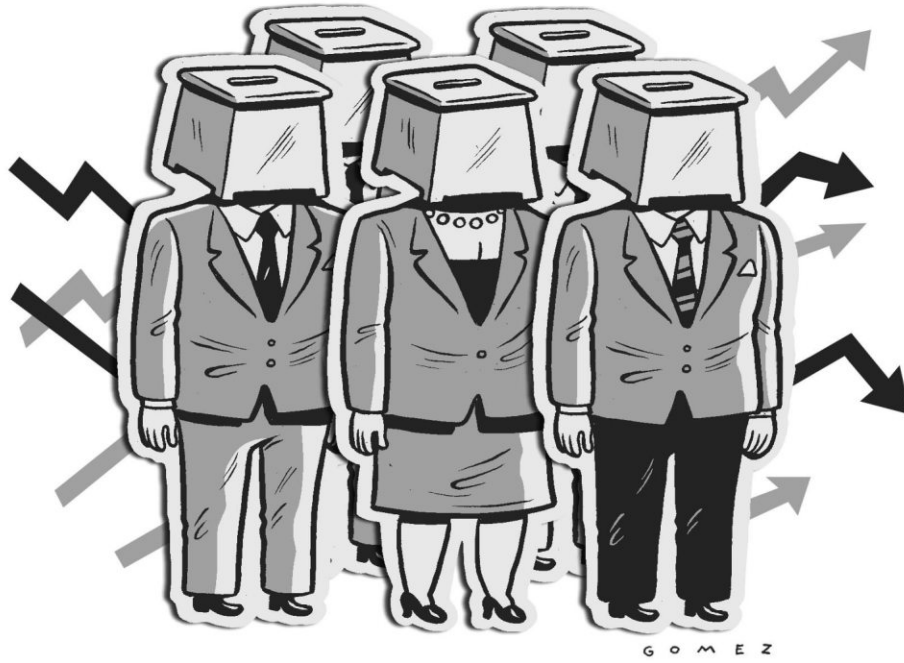


Aos candidatos em 2018, a luz amarela está acesa

» MARCELO VITORINO
Professor de marketing político digital pela ESPM e IESB e sócio da Presença Online



O processo eleitoral de 2016, diferentemente do que ocorreu com os anteriores, mostrou uma composição nova dos elementos necessários para que uma vitória se estabeleça. Por mais que uma outra reforma eleitoral — que está em discussão no Congresso — altere as regras, qualquer político com a intenção de se candidatar em 2018 já percebeu que não dará mais para fazer campanha do jeito antigo. A luz amarela acendeu.

Quatro fatores alteraram o cenário eleitoral das cidades brasileiras: o descrédito dos políticos tradicionais, a rejeição a partidos ideologicamente de esquerda, a diminuição do período eleitoral e a falta de recursos para contratações de militância. Em algumas capitais, pôde-se observar que a preferência do eleitorado por candidatos não políticos promoveu vitórias significativas, e essa tendência não ficou isolada em apenas uma região do Brasil.

Em Porto Velho, o vitorioso, dr. Hildon Chaves (PSDB), empresário e ex-promotor público, começou como um grande azarão que sequer aparecia entre os primeiros lugares nas pesquisas do primeiro turno. Terminou como prefeito eleito. Bem distante dali, em São Paulo, João Dória (PSDB), também empresário, foi eleito em primeiro turno, tirando do páreo candidatos bem conhecidos do eleitorado como Marta Suplicy (PMDB), Celso Russomano (PRB) e Fernando Haddad (PT).

O fato de Dória ser um não político não seria capaz, isoladamente, de promover a sua vitória. No cenário paulistano houve uma combinação de fatores. Russomano, pela segunda vez, se mostrou incapaz de conter o desgaste causado pelo seu histórico, como por exemplo, suas atividades malsucedidas como empresário. Marta havia acabado de ingressar no PMDB e não teve tempo para formar uma militância.

A Haddad, atual prefeito, sobrou o pior dos mundos. Pode ser que daqui a 20 anos o paulistano mude de opinião e o considere um visionário, mas, na prática, o candidato não conseguiu mostrar a sua gestão 2012-2016 na prefeitura com o tempo de televisão que teve direito. Há também uma conta que precisa ser feita, em 2012, Haddad gastou cerca de R\$ 68 milhões em sua campanha, sendo considerada a mais cara do Brasil, mais do que o dobro do que Kassab havia gasto em 2008. Em 2016, Haddad colocou quase R\$ 12 milhões na campanha, e Dória, cerca de R\$ 13,5 milhões.

Fora a falta de recursos, o momento de seu partido, o Partido dos Trabalhadores, é o pior desde a fundação. Cabe lembrar que

Haddad só fora eleito em 2012 após Lula ter entrado de cabeça em sua campanha. Na sua primeira eleição, começou com 8% das intenções de voto e, faltando duas semanas para o fim do primeiro turno, estava em terceiro lugar, com 15%. Lula, naquele momento, ainda era o Lula do PT. Aliás, o PT ainda era o PT.

Lula chamou os principais cardeais do partido, exigiu o apoio a Haddad e participou de muitos programas eleitorais e eventos de rua. Só assim Haddad subiu. A rejeição ao PT hoje é tão grande, que Lula não apareceu em nenhuma ocasião no programa de televisão de Haddad e o tradicional vermelho do partido quase não foi utilizado na comunicação.

Por sinal, nenhum dos deputados que votaram contra o impeachment e que foram candidatos a prefeito, conseguiram se eleger. O efeito contrário ao petismo fez com que apenas uma capital do Brasil elegeu um representante do partido, Marcus Alexandre, prefeito de Rio Branco, terra dos irmãos Viana. No Rio de Janeiro, ficaram para o segundo turno Marcelo Crivella e Marcelo Freixo. Ambos não carimbados como participantes da velha política. Crivella, do PRB, com uma rejeição muito menor do que a de Freixo, do PSOL, levou a melhor e foi eleito prefeito. O primeiro turno carioca mostrou que candidato sem militância, mesmo com a máquina pública não mão, não chega longe quando enfrenta adversários consolidados. Nessa conta estão Índio da Costa, Carlos Osório e Pedro Paulo. Os dois primeiros

ficaram com quase de 9% dos votos cada, e o candidato de Eduardo Paes, por pouco não fica atrás de Flávio Bolsonaro, que teve 14% dos votos, contra 16% de Pedro Paulo.

Com 28% dos votos, o eleitor fiel de Crivella foi fundamental para sua chegada ao segundo turno, do mesmo jeito que a militância de Freixo foi que o carregou nas costas e lhe deu 18%. A questão é que militância não se cria do dia para noite. É preciso pensar em médio e longo prazos. No segundo turno, foi com ela que Crivella conseguiu se segurar diante dos ataques de Freixo e das crises de imagem com alguns veículos de imprensa. Foi desenvolvida uma plataforma para agrupar simpatizantes e militantes para que pudessem ser mobilizados com missões diárias. Também foram realizados treinamentos com grupos de jovens que defendiam a campanha nas redes e nos portais.

Após estabelecido um domínio do ambiente digital, a campanha mobilizou, por meios digitais e tradicionais, os simpatizantes para um grande evento na Cinelândia, palco tradicional de manifestações políticas e um dos locais favoritos dos comícios de Freixo. O efeito em Freixo foi notado no último debate, transmitido pela Rede Globo. Mostrando-se muito nervoso e agressivo, em um dos ataques, Freixo não resistiu e fez menção ao evento da Cinelândia. Para todos os futuros candidatos, ficam várias lições, mas as principais seriam: trabalhem desde já; organizem a militância partidária ou individual; abandonem os dogmas da comunicação eousem no relacionamento com o eleitorado.

Transformação digital: a chave para qualidade e agilidade nos serviços públicos

» EDUARDO PEDRINHA
Diretor da área de setor público da CA Technologies

A discussão sobre o papel da TI na gestão pública remete a um livro que é escrito pouco a pouco, com capítulos que apresentam novos elementos conforme o enredo se desenvolve. Hoje, a personagem principal é a transformação digital. Assim como em todas as dimensões de serviços — transporte, bancos, telefonia etc. — está em curso também uma transformação digital da gestão pública, que passa por melhorar os serviços prestados ao cidadão.

Tirar a segunda via da carteira de identidade, por exemplo. Imagine ter em mãos um aplicativo no qual se pode informar um assalto a partir de sua posição geográfica e, na sequência, todos os desdobramentos se resolvem: acionamento da polícia, realização do boletim de ocorrência e pedido de novos documentos. Tudo de maneira rápida e integrada, com eficiência operacional. Isso é agilidade e economia de verdade para ambas as partes: o governo economiza nos custos necessários para manter a estrutura física do local de atendimento; o cidadão, em deslocamento, tempo e gastos para ir até o atendimento.

Repare no que fazem as pessoas enquanto esperam para ser atendidas nos centros que oferecem serviços de utilidade pública. Na grande maioria das vezes, estão aguardando chegar sua senha de atendimento, conectadas a seus celulares. A ironia é que se deslocam a um espaço físico que oferece um serviço simples e ali permanecem

conectadas o tempo todo, mas não conseguem utilizar seu dispositivo fora desse ambiente para realizar o mesmo serviço.

Para acompanhar os novos tempos e as necessidades do público, o governo precisa ter conexão íntima com termos do tipo omni-channel, mobile, internet das coisas, entre outros do universo tech. Olhando para o que é oferecido pelos órgãos de saúde e para as facilidades que envolvem a economia dos aplicativos, diversas aplicações poderiam surgir. As campanhas de vacinação, que têm um alto custo de veiculação na televisão, além de alcance limitado, poderiam ter mensagem personalizada e acertar em cheio o alvo — no caso, o celular de um cidadão hipotético: “Seu filho Gabriel, de 5 anos, precisa tomar a vacina contra o sarampo. Há 73 doses disponíveis para serem aplicadas por agendamento nos seguintes horários, no posto de saúde X da rua Y, o mais próximo da sua casa”.

A caderneta de saúde precisa ser digital e móvel — em outras palavras, viva. O controle digital da retirada de medicamento nas farmácias públicas, o prontuário eletrônico, o compartilhamento mais ágil dos resultados de exames. Hoje essas iniciativas saíram do plano das ideias e os protótipos, testados em bases reais, já se mostram totalmente viáveis e prontos para serem implementados na escala em que a comunidade precisa.

Por outro lado, com o cenário político-econômico que se desenha, medidas para

reduzir gastos da máquina pública inevitavelmente serão colocadas em prática. Para que isso aconteça sem prejuízo para os serviços, a tecnologia precisa exercer papel de protagonismo, garantindo toda a eficiência operacional do sistema e total transparência para os investimentos, obras, status e cronogramas.

Analisemos a realidade de um deficiente visual que utiliza hoje o transporte público numa grande cidade. Ele não tem autonomia de deslocamento, ficando à mercê da boa vontade dos outros cidadãos. Caso contrário, como saberá qual é ônibus tomar? Departamentos de trânsito de grandes cidades buscam respostas na tecnologia, testando sistemas para operar nos pontos de ônibus que identificam os veículos e os anunciam em voz alta. Uma vez o passageiro embarcado, o programa também avisa em qual ponto ele deve descer. Isso é acessibilidade.

Ao mesmo tempo em que o cliente privado busca o retorno do investimento e alcançar novas receitas, o governo se orienta pelo retorno ao cidadão. Não é dinheiro. É benefício, inclusão para todos. Portanto, estamos diante de uma oportunidade: a TI possui todos os recursos para alavancar o nível dos serviços prestados pelo governo. Ela beneficia a sociedade na medida em que permite ao poder público servir melhor a população. E se a população está bem servida, o governo alcançou seu objetivo.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Hora de pular do berço, gigante

O que mais importa agora aos políticos citados nas delações premiadas da Lava-Jato é o início imediato do recesso. Esperam eles que, com os feriados do Natal, do ano-novo e do carnaval, os dias e semanas cuidarão de lançar uma névoa densa sobre a memória de todos e tudo restará coberto pelo musgo do esquecimento. O tempo será um aliado para apagar pegadas, desmanchar pistas, destruir evidências e — quem sabe? — levar para outro mundo não só testemunhas chaves e comprometedoras, mas acusadores e outros juízes probos.

Num país ideal, dado o grau de desestabilização política e econômica que lançou o Estado num caos inédito, colocando de pernas para o ar uma República centenária, o correto seria que não houvesse interrupções nem no Legislativo nem no Judiciário. A urgência do momento requer a vigília permanente de todos. Dado o grau de comprometimento das instituições e de seus dirigentes em escândalos sem precedentes, o melhor seria o prosseguimento, sem intervalos, de todo o processo de investigação, depoimentos, homologações das delações, julgamentos e outras ações saneadoras. Ninguém sai de férias até que as operações policiais cumpram a missão redentora de libertar a nação.

Num futuro próximo, quando forem analisados, com a frieza e o distanciamento adequados, os escândalos do mensalão e seu desdobramento natural, a Lava-Jato, será possível ter uma ideia abrangente e isenta desses dois mega-escândalos de corrupção que marcarão para sempre a história da República brasileira. A depender do fechamento desses episódios, com a punição dos culpados e o devido ressarcimento aos cofres públicos dos valores desviados, um capítulo importante de nosso tempo estará encerrado. Muitos outros ainda restarão a depender dos eleitores do futuro.

O capítulo mais importante dessa época conturbada talvez seja também o que mais o importa para todos nós, que é a transformação do Brasil em um país sério e respeitado pelo restante do planeta. Enquanto esse tempo de purgação e contrição não chega, prosseguimos com nossa chanchada de Estado. Para usar uma expressão típica de um personagem central desses tempos revoltos, nunca antes na história deste país, tantos figurões foram apanhados com tanto dinheiro alheio.

Nunca a Justiça foi tão açulada e nunca os escritórios de advocacia ganharam tantos honorários. Nunca antes na história deste país, houve uma oportunidade tão ímpar de fazer o gigante saltar do berço esplêndido. Há uma chance imperdível que se apresenta agora de enterrar em cova bem funda tudo o que está podre e morto. Estamos diante de um 7 de Setembro e de um 15 de Novembro simbólicos, quem sabe novos marcos históricos que sinalizam o redescobrimto do Brasil cinco séculos depois?

»» A frase que não foi pronunciada

“A velha política só existe porque há eleitores que a endossam”

Semestre

» Alunos da UnB não serão prejudicados pela ocupação de estudantes. As aulas terminarão mais tarde, mas o semestre será finalizado. Os protestos precisam de planejamento para que atinja o alvo certo. Até agora só inocentes pagam as contas.

Arte

» As comemorações dos 24 anos da Fundação Athos Bulcão serão no domingo, das 10h às 18h, na CLS 404, Bloco D, Loja 1. Boa oportunidade de adquirir presentinhos para as festas de fim de ano. Xícaras, calendários, azulejos e outros objetos valorizados pela arte de Bulcão.

Cenário

» Uma mesa na churrascaria São Paulo, só com jovens entre 20 e 25 anos. Em pauta, o desemprego. Um dos rapazes formado em administração só conseguiu lugar como corretor de imóveis. Outro formado em marketing trabalha em uma gráfica, o caçula da turma fala três idiomas, é formado em relações internacionais, sem emprego, estuda para concurso.

»» História de Brasília

Sem solução, o caso da Prefeitura de Brasília. O presidente da República não está mais disposto a uma partilha política. Isso significa que está compreendendo a situação do Distrito Federal. (Publicado em 20/9/1961)